

MATRICIAMENTO EM SAÚDE MENTAL:

Processos de trabalho entre as equipes de ESF e CAPS.¹

Andréa Effting²

Carolina Torres Guazzelli³

RESUMO O objetivo deste trabalho foi analisar, através de revisão bibliográfica, trabalhos publicados que contenham descrições sobre os processos de trabalho entre equipes de saúde mental e equipes da atenção básica após implantação do processo de matriciamento em saúde mental no período de 1999 a 2014. Foram identificados 42 resumos na Revista de saúde pública e nos Cadernos de saúde pública indexadas na base de dados SciELO utilizando-se descritores: assistência integral à saúde, saúde mental, atenção primária à saúde. Após seleção segundo critérios, foram analisados 16 resumos científicos conforme o ano, periódico e principais resultados/conclusões. Depois disso, foram analisados os preceitos qualitativos dos artigos encontrados. Verificou-se que a produção brasileira sobre o tema teve maior destaque nos anos de 2007 e 2008. Conclui-se ainda que a maioria dos trabalhos está voltada para o reconhecimento do processo de trabalho e que os profissionais de saúde envolvidos nas redes de atenção são responsáveis para atender, tanto como identificar e avaliar a melhor conduta terapêutica ao paciente com transtorno mental a fim de desenvolver medidas de intervenção, promoção e prevenção.

Palavras - chave: assistência integral à saúde, saúde mental, atenção primária à saúde.

ABSTRACT The objective of this study was to analyze, through a literature review, published works containing descriptions of work processes between mental health teams and primary care teams after deployment of specialist orientation process in mental health from 1999 to 2014 were identified 42 abstracts in the journal of public health and public health books indexed in the SciELO database using descriptors: health comprehensive care, mental health, primary health care. After selection according to criteria, 16 abstracts were analyzed according to the year, periodic and main findings / conclusions. After that, analyzed in qualitative provisions of the articles found. It was found that the Brazilian production about the theme was more prominent in the years 2007 and 2008. The conclusion is still that most of the work is focused on the recognition of the work process and that the health professionals involved in care networks are responsible to meet both how to identify and evaluate the best treatment to patients with mental disorders in order to develop intervention measures, promotion and prevention.

Keywords: comprehensive health care, mental health, primary health care.

¹ Artigo Científico apresentado ao Curso de Pós-Graduação em Saúde Mental e Atenção Psicossocial do Centro Universitário para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí.

² Acadêmica de Curso de Pós-Graduação em Saúde Mental e Atenção Psicossocial - UNIDAVI.

³ Professora Orientadora do Artigo.

INTRODUÇÃO

A Lei 10.216, de 06 de abril de 2001 implantou a reforma psiquiátrica e definiu aspectos da proteção e dos direitos das pessoas com transtornos mentais, buscando novas formas de cuidar, acabando com o modelo de internação asilar (BRASIL, 2001).

Para Dimenstein *et al.* (2009) a reforma psiquiátrica aponta para a superação do modelo hospitalocêntrico visando um cuidado que não afasta o portador de transtorno mental do seu espaço social.

Percebe-se uma busca por parte de alguns profissionais em reduzir a distância existente entre os problemas da mente e os problemas do corpo, existindo duas vertentes de raciocínio onde a primeira é a da semelhança entre os vários tipos de doenças pela sua causalidade psicossocial, que tanto pode gerar uma doença hipertensiva quanto um processo de enlouquecimento; já a segunda se baseia na necessidade de se reagir socialmente a todo tipo de doença da mesma forma, evitando tratar os doentes mentais de uma forma discriminatória (NUNES; JUCÁ; VALENTIM, 2007).

Amarante (2007) ressalta que poucos campos de conhecimento e atuação na saúde são tão complexos, plurais, intersetoriais e com tanta transversalidade de saberes, pois não se baseia apenas na psiquiatria e tampouco é exercida por apenas um profissional.

Então surgem os Centros de Atenção Psicossocial (CAPS) que oferece assistência extra-hospitalar visando acolher as pessoas com transtornos mentais, “estimular sua integração social e familiar, apoiá-los em suas iniciativas de busca da autonomia, oferecer-lhes atendimento médico e psicológico”. (BRASIL, 2004, p. 9)

Sendo que o desenvolvimento de ações no contexto comunitário mediante articulação da rede de serviços de saúde na atenção aos casos de transtornos mentais de maneira integral, junto às equipes de ESF foi possibilitado pela implantação dos CAPS (QUINDERÉ *et al.*, 2013).

O cuidado psicossocial tem por finalidade a reconstrução das pessoas como sujeitos sociais e não mais somente a remoção dos sintomas; a

emancipação, a ampliação do poder de trocas sociais e o fortalecimento dos laços de sociabilidade na família (RIBEIRO *et al.*, 2008).

Para Santin e Klafke (2011) existem relatos de que as relações sociais estabelecidas entre o portador de sofrimento psíquico e as pessoas da comunidade em que vive são grandes aliadas no cuidado do mesmo, pois de alguma forma essas pessoas protegem e procuram os familiares para informar sobre alguma situação de risco. Os autores relatam ainda que através de um trabalho de matriciamento os CAPS e as ESF realizam o cuidado em saúde mental mais próximo do território de sua residência, recebendo atenção sem sair da sua comunidade, favorecendo a aproximação e o comprometimento da família e da equipe de ESF no seu tratamento.

Neste contexto, a atenção Básica aparece como eixo estruturante do sistema, gerenciando encaminhamentos, atuando como porta de entrada, coordenando e integrando o trabalho realizado por outros níveis de atenção (GAMA; CAMPOS, 2009).

De acordo com Ribeiro *et al.* (2008) vários estudos apontam uma alta prevalência na população de transtornos mentais não psicóticos, acarretando sofrimento, incapacidade funcional e questões socioeconômicas, tendo o ESF grande potencial para resolução.

Segundo Quinderé *et al* (2013) a ESF constitui uma grande aliada nos cuidados ao sofrimento psíquico pois pacientes com transtornos mentais leves podem ser cuidados e acompanhados nas UBS.

A articulação das ações de saúde mental entre as equipes da Estratégia Saúde da Família e do CAPS, pelo processo de matriciamento, enfatiza a integralidade do cuidado e na resolubilidade assistencial (PINTO *et al.*, 2012). Com o apoio do matriciamento, é possível fornecer aos profissionais da atenção primária melhor entendimento sobre a saúde mental, possibilitando que atuem como catalizadores do processo terapêutico (QUINDERÉ *et al.*, 2013).

Neste íterim, este estudo tem o objetivo de analisar, mediante uma revisão bibliográfica, trabalhos publicados que contenham descrições sobre os processos de trabalho entre equipes de saúde mental e equipes da

atenção básica após implantação do processo de matriciamento em saúde mental.

Além disso, difundir este tema como nova área de interesse na saúde coletiva, despertando um maior interesse, em aprender práticas e técnicas, já conhecidas pela equipe da atenção básica, com finalidade de atender adequadamente, o grande número de pessoas que se encontram envolvidas e/ou afetadas pelo transtorno mental.

METODOLOGIA

Trata-se de uma pesquisa descritiva por meio de uma revisão da literatura de abordagem quantitativa. Esse processo envolveu algumas etapas como: a procura de estudos na literatura e sua avaliação crítica; a identificação da aplicabilidade dos dados oriundos das publicações e a determinação de sua utilização para o paciente. Além disso, espera-se que uma revisão de literatura obtenha a compreensão completa do estudo realizado/analísado (SOUZA, SILVA, CARVALHO, 2010).

A coleta de dados deu-se em artigos científicos publicados nos periódicos *Cadernos de Saúde Pública* e na *Revista de Saúde Pública* indexados na base de dados *Scientific Electronic Library Online (SciELO)*. Compreendeu artigos científicos publicados na íntegra, no idioma português no período de 1999 a 2014. Os critérios de exclusão foram: artigos que não tiverem relação com os objetivos propostos, fora do período temporal e outro idioma.

APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS

Os resultados de caracterização das publicações identificadas foram apresentados mediante tabelas e figuras e subdivididos em 3 gráficos devido a quantidade de informações.

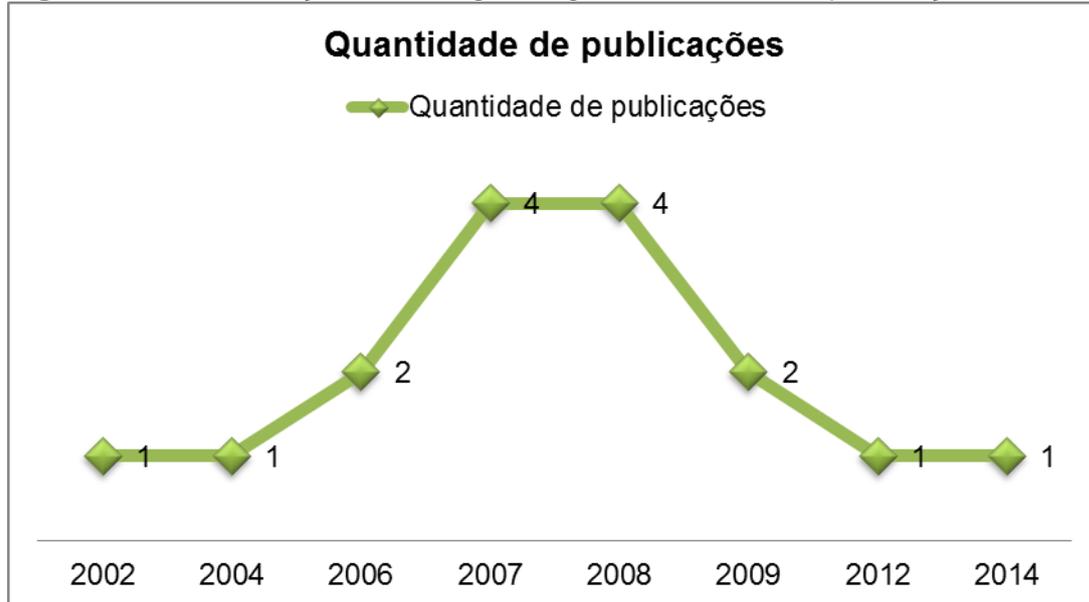
Tabela 01 - Distribuição de frequência dos artigos pesquisados referente ao tema no período de 1999 a 2014.

Periódico	Autores	Ano	Metodologia
Revista de saúde pública	FLECK, <i>et al</i>	2002	Pesquisa exploratória descritiva
Cadernos de saúde pública	ANDREOLI, <i>et al</i>	2004	Censo demográfico
Cadernos de saúde pública	ONOCKO-CAMPOS, FURTADO	2006	Paradigma construtivista e interpretativo

Cadernos de saúde pública	MORAES, MAGNA, FARIA	2006	Pesquisa exploratória descritiva
Revista de Saúde pública	CAPUTO, BORDIN	2007	Coorte transversal
Revista de saúde pública	FERRIOLLI, MARTURANO, PUNTEL	2007	Pesquisa exploratória descritiva
Cadernos de saúde pública	KODA, FERNANDES	2007	Pesquisa exploratória descritiva
Cadernos de saúde pública	NUNES, JUCÁ, VALENTIM	2007	Pesquisa exploratória descritiva
Cadernos de saúde pública	BASTOS, DESLANDES	2008	Análise de narrativas
Cadernos de saúde pública	BORGES, BAPTISTA	2008	Pesquisa bibliográfica
Cadernos de saúde pública	GONÇALVES, KAPCZINSKI (a)	2008	Pesquisa exploratória descritiva
Cadernos de saúde pública	GONÇALVES, KAPCZINSKI (b)	2008	Pesquisa exploratória descritiva
Cadernos de saúde pública	LUCHESE, <i>et al</i>	2009	Pesquisa exploratória descritiva
Cadernos de saúde pública	BARROSO, BANDEIRA, NASCIMENTO	2009	Exploratório descritivo
Cadernos de saúde pública	DELFINI, REIS	2012	Pesquisa exploratória descritiva
Cadernos de saúde pública	COUTINHO, <i>et al</i>	2014	Coorte transversal

EFFTING, 2015.

Figura 01 – Distribuição dos artigos segundo os anos de publicação.



EFFTING, 2015.

Na figura 01 é possível notar que houve maior número de publicação nos periódicos encontrados nos anos de 2007 e 2008 com 50% do total de artigos, isso pode ser resultado da necessidade de ampliar as ações de promoção de saúde de acordo com as prerrogativas do Pacto pela Saúde

aprovado pelos Gestores do SUS em 2006, enfatizado pelo Pacto pela Vida que visa definir responsabilidades e parcerias regionalizadas, buscando a melhora nos indicadores sanitários do Brasil. (ARONA, 2009)

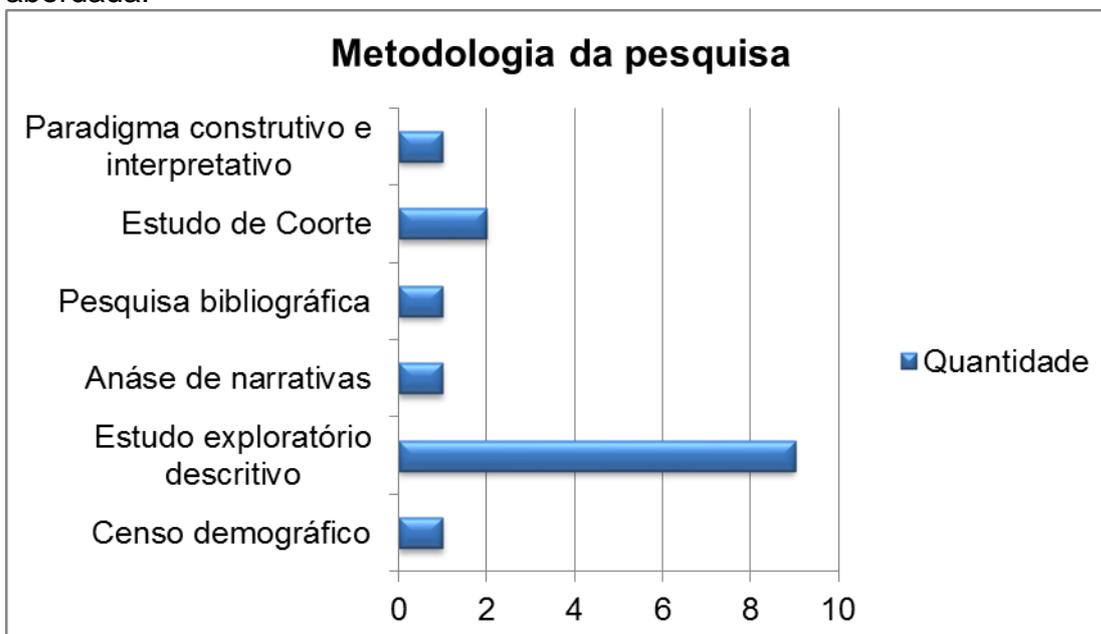
Figura 02 – Distribuição dos artigos segundo os periódicos.



EFFTING, 2015.

Como mostra a figura 02, o periódico com mais publicações a respeito do tema em questão foi os Cadernos de Saúde Pública evidenciando 81% do total dos artigos encontrados.

Figura 03 – Distribuição dos artigos segundo a metodologia da pesquisa abordada.



EFFTING, 2015.

A pesquisa exploratória descritiva foi a metodologia de pesquisa mais encontrada dentre as publicações (56,25%) como mostra a figura 03. A pesquisa exploratória é utilizada para realizar um estudo preliminar do principal objetivo da pesquisa que será realizada, ou seja, familiarizar-se com o fenômeno que está sendo investigado, de modo que a pesquisa subsequente possa ser concebida com uma maior compreensão e precisão (UNIVERSIDADE DO ESTADO DE SANTA CATARINA, 2015).

Nesse sentido, pode-se notar que a maioria dos artigos encontrados estava voltada a conhecer o processo de trabalho entre as equipes de ESF e CAPS a fim de motivar e incentivar pesquisas futuras.

DISCUSSÃO

De acordo com as publicações da Revista de saúde pública e dos Cadernos de saúde pública do período de 1999 a 2014, nota-se que ao mesmo tempo em que os profissionais de saúde dos CAPS têm responsabilidade e coparticipação do processo de trabalho voltado à assistência ao paciente em transtorno psíquico, os profissionais da rede de atenção primária em saúde também têm um papel importante devido a dimensão da ESF como o serviço de primeira escolha da população brasileira.

Para Andreoli, *et al* (2004), os CAPS atendem todas as categorias de transtornos mentais, entretanto os atendimentos mais frequentes são aqueles considerados mais graves, o que é esperado para este tipo de serviço.

Os transtornos mentais representam impacto negativo na qualidade de vida e bem-estar dos portadores, assim como aumento de uso dos recursos da saúde por sintomas não tratados e por ser fator de mau prognóstico para outras doenças não-psiquiátricas. Esses resultados reforçam a necessidade da inclusão efetiva do tema saúde mental nas metas e intervenções na ESF. (FLECK, *et al* 2002; NUNES, JUCÁ, VALENTIM, 2007; GONÇALVES, KAPCZINSKI, 2008(a))

Contudo, a demanda de atendimento às pessoas com sofrimento mental muitas vezes não é registrada nos prontuários nem integrava projeto de intervenção individual ou familiar; algumas das ações dos profissionais da atenção básica são realizadas numa concepção leiga de “doença mental” e

tratamento, e o recurso do encaminhamento para a rede especializada. (BASTOS, DESLANDES, 2008; LUCCHESI, *et al* 2009)

Por outro lado, Barroso, Bandeira e Nascimento (2009) defendem a ideia de que a sobrecarga subjetiva associa-se à sobrecarga objetiva e a fatores relacionados às condições clínicas dos pacientes, às condições de vida, estado de saúde e condições financeiras do cuidador e do paciente e às informações sobre o transtorno mental. Necessitando incluir o acompanhamento aos familiares no modelo comunitário de atendimento psiquiátrico não somente na Unidade Básica de Saúde.

Ainda, Moraes, Magna, Faria (2006) resgatam que é importante haver a referência para um centro especializado, entretanto, ela deve ser realizada por pediatras, ginecologistas-obstetras, clínicos gerais e médicos do PSF, ou ainda enfermeiros, por manterem contato mais frequente e precoce com esses pacientes e que passam a ter uma grande responsabilidade no manejo do caso. Estando bem preparados para identificar os fatores de risco, conduzir eficientemente a investigação inicial e fazer o encaminhamento correto para os especialistas, poderão se constituir em um poderoso instrumento de prevenção de transtornos mentais.

A articulação entre as equipes da ESF e CAPS - prioritariamente por encaminhamento de casos, apoio matricial ou parceria para casos considerados pertinentes ao CAPS - encontra alguns obstáculos: falta de recursos humanos, cobrança por produtividade e ausência de capacitação dos profissionais da ESF para trabalhar com saúde mental. A lógica do encaminhamento e da desresponsabilização, bem como a hegemonia do modelo biomédico e a consequente fragmentação dos cuidados se mostram vigentes no cotidiano dos serviços. (DELFINI, REIS, 2012)

Deste modo, sabe-se que o processo de transformação no modelo de assistência à saúde mental mobiliza aspectos de ordem psíquica no grupo de trabalhadores. Observando uma série de conflitos e angústia ligada à mudança do apoio institucional representado pelo Núcleo de Atenção Psicossocial (NAPS) ao longo de sua história é possível concluir que a dificuldade de se lidar com as diferenças na equipe ou o desamparo vivido em função de mudanças da administração local também é analisada na interface entre sujeito e instituição. (KODA, FERNANDES, 2007).

Políticas públicas voltadas à melhoria das condições de vida das famílias, por meio de programas de renda mínima ou políticas de inclusão social, poderão ter um impacto positivo na redução do sofrimento psíquico nas populações. Pesquisas futuras também devem se concentrar na investigação do possível papel do contexto social, como vizinhança, coesão social e infraestrutura, utilizando divisões geográficas adequadas para contribuir na redução das iniquidades em saúde mental. (FERRIOLLI, MARTURANO, PUNTEL, 2007; GONÇALVES, KAPCZINSKI, 2008(b); CAPUTO, BORDIN, 2007; COUTINHO, *et al* 2014)

É certo que o espaço de construção de uma política ultrapassa o perímetro da produção normativa, ultrapassa a oficialidade de uma política de governo expressa em Portarias, e constrói-se em interlocuções mais ou menos formais, mais ou menos perene, mas certamente concorrentes com este processo. Não obstante, a produção normativa age na interlocução e na configuração tanto do modelo assistencial quanto no cenário de debates e mostra-se um rico recurso de análise, apontando inclusive para a necessidade de uma inflexão na agenda da política de saúde mental. (BORGES; BAPTISTA, 2008)

Assim, é importante ressaltar a importância de se resgatar a participação de diversos atores no processo avaliativo, a necessidade de coletar e sistematizar diversos estudos desenvolvidos na academia sobre o tema, e a importância de promover um novo território de pesquisa no âmbito das políticas públicas de saúde, que possa subsidiar formuladores, gestores e equipes na reformulação das práticas de saúde mental. (ONOCKO-CAMPOS, FURTADO, 2006)

Diante disso, esse estudo possibilitou responder algumas indagações sobre o verdadeiro papel entre a equipe que acompanha a pessoa portadora de transtorno mental na rede de atenção à saúde bem como identificar que, por maior ou menor o problema de saúde enfrentado, todos os estudos encontrados revelam que o papel do profissional tanto de ESF e como da CAPS é promover amparo e acolhimento. Além disso, temos o dever de entender que essa pessoa precisa muito mais de compreensão do que julgamento bem como entender e respeitar diferenças e limitações.

REFERÊNCIAS

AMARANTE, Paulo. **Saúde mental e atenção psicossocial**. 4 ed. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2007.

Andreoli, Sérgio Baxter *et al.* Utilização dos Centros de Atenção Psicossocial (CAPS) na cidade de Santos, São Paulo, Brasil. **Cad. Saúde Pública**. Santos, v. 20, n. 3, p. 836-844, jun. 2004.

ARONA, Elizabete da Costa. Implantação do matriciamento nos serviços de saúde de Capivari. **Saude soc.**, São Paulo, v. 18, n suplementar, p. 26-36, mar. 2009.

BARROSO, Sabrina Martins; BANDEIRA, Marina; NASCIMENTO, Elizabeth do. Fatores preditores da sobrecarga subjetiva de familiares de pacientes psiquiátricos atendidos na rede pública de Belo Horizonte, Minas Gerais, Brasil. **Cad. Saúde Pública**, Belo Horizonte, v. 25, n. 9, p. 1957- 1968, set. 2009.

BASTOS, Olga Maria; DESLANDES, Suely Ferreira A experiência de ter um filho com deficiência mental: narrativas de mães. **Cad. Saúde Pública**, v. 24, n. 9, p. 2141-2150, set 2007.

BORGES, Camila Furlanetti; BAPTISTA, Tatiana Wargas de Faria O modelo assistencial em saúde mental no Brasil: a trajetória da construção política de 1990 a 2004. **Cad. Saúde Pública**, v. 24, n. 2, p.456-468, fev 2008.

BRASIL. Governo Federal. **Lei nº 10.216, de 06 de abril de 2001**. Dispõe sobre a proteção e os direitos das pessoas portadoras de transtornos mentais e redireciona o modelo assistencial em saúde mental. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, abr. 2001.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Saúde Mental no SUS: os Centros de Atenção Psicossocial**, Brasília, 2004.

CAPUTO, Valéria Garcia; BORDIN, Isabel Altenfelder Problemas de saúde mental entre jovens grávidas e não-grávidas. **Rev. Saúde Pública**, v. 41, n. 4, p.573-581, ago 2007.

COUTINHO, Letícia Maria Silva *et al.* Prevalência de transtornos mentais comuns e contexto social: análise multinível do *São Paulo Ageing & Health Study* (SPAHS). **Cad. Saúde Pública**. São Paulo, v. 30, n. 9, p.1875-1883, set. 2014.

DELFINI, Patricia Santos de Souza; REIS, Alberto Olavo Advincula. Articulação entre serviços públicos de saúde nos cuidados voltados à saúde mental infantojuvenil. **Cad. Saúde Pública**. v. 28, n. 2, p.357-366, fev. 2012.

DIMENSTEIN, Magda *et al.* O apoio matricial em Unidades de Saúde da Família: experimentando inovações em saúde mental. **Saúde e Sociedade**, v. 18, n. 1, p. 63-74, 2009.

FERRIOLLI, Silvia Helena Tortul; MARTURANO, Edna Maria; PUNTEL, Ludmila Palucci. Contexto familiar e problemas de saúde mental infantil no Programa Saúde da Família. **Rev. Saúde Pública**, v. 41, n. 2, p.251-259, abr 2007.

FLECK, Marcelo Pio de Almeida *et al.* Associação entre sintomas depressivos e funcionamento social em cuidados primários à saúde. **Rev. Saúde Pública**, v. 36, n. 4, p.431-438, ago 2012.

GAMA, Carlos Alberto Pegolo; CAMPOS, Rosana Onocko. Saúde mental na atenção básica-uma pesquisa bibliográfica exploratória em periódicos de saúde coletiva (1997-2007). **Cadernos Brasileiros de Saúde Mental/Brazilian Journal of Mental Health**, v. 1, n. 2, p. 110-130, 2009.

GONÇALVES, Daniel Maffasioli, KAPCZINSKI, Flavio. Transtornos mentais em comunidade atendida pelo Programa Saúde da Família. **Cad. Saúde Pública**, v. 24, n. 7, p.1641-1650, jul. 2008.(a)

GONÇALVEZ, Daniel Maffasioli, KAPCZINSKI, Flavio . Prevalência de transtornos mentais em indivíduos de uma unidade de referência para Programa Saúde da Família em Santa Cruz do Sul, Rio Grande do Sul, Brasil. **Cad. Saúde Pública**, v. 24, n. 9, p.2043-2053, set. 2008.

KODA, Mirna Yamazato, FERNANDES, Maria Inês Assumpção. A reforma psiquiátrica e a constituição de práticas substitutivas em saúde mental: uma leitura institucional sobre a experiência de um núcleo de atenção psicossocial. **Cad. Saúde Pública**, v. 23, n. 6, p.1455-1461, jun. 2007.

LUCCHESI, Roselma *et al.* Saúde mental no Programa Saúde da Família: caminhos e impasses de uma trajetória necessária. **Cad. Saúde Pública**, v. 25, n. 9, p.2033-2042, set. 2009.

MORAES, Ana Maria Silveira Machado de; FARIA, Magna, Luís Alberto. Prevenção da deficiência mental: conhecimento e percepção dos profissionais de saúde. **Cad. Saúde Pública**, v. 22, n. 3, p.685-690, mar. 2006.

NUNES, Mônica; JUCÁ, Vlândia Jamile; VALENTIM, Carla Pedra Branca. Ações de saúde mental no Programa Saúde da Família: confluências e dissonâncias das práticas com os princípios das reformas psiquiátrica e sanitária. **Cad. Saúde Pública**, v. 23, n. 10, p.2375-2384, out. 2007.

ONOCKO-CAMPOS, Rosana Teresa; FURTADO, Juarez Pereira. Entre a saúde coletiva e a saúde mental: um instrumental metodológico para avaliação da rede de Centros de Atenção Psicossocial (CAPS) do Sistema Único de Saúde. **Cad. Saúde Pública**, v. 22, n. 5, p.1053-1062, mai. 2006.

QUINDERÉ, Paulo Henrique Dias *et al.* Acessibilidade e resolubilidade da assistência em saúde mental: a experiência do apoio matricial. **Cienc Saude Colet**, v. 18, n. 7, p. 2157-66, 2013.

RIBEIRO, Carolina Campos et al. A construção da assistência à saúde mental em duas unidades de saúde da família de Cuiabá-MT. **Cogitare enferm**, v. 13, n. 4, p. 548-57, 2008.

SANTIN, Gisele; KLAFKE, Teresinha Eduardes. A família e o cuidado em saúde mental. **Barbarói**, Santa Cruz do Sul, n. 34, jan/jul. 2011.

SOUZA, Marcela Tavares, SILVA, Michelly Dias, CARVALHO Rachel. Revisão integrativa: o que é e como fazer. **Rev. Einstein**, v 1, n. 1, p. 102-106, 2010

Universidade do Estado de Santa Catarina – UDESC. **Procedimentos metodológicos**. Disponível em: http://www.tede.udesc.br/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=1842. Acesso em: 28 set 2015.